

O PARTIDO DOS TRABALHADORES NA VOZ DE SEUS FUNDADORES: HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA COLETIVA E INSTITUCIONALIZAÇÃO¹

Alexandre Fortes²

A memória da esquerda num novo contexto

A América Latina vive, no início do século XXI, uma situação política ímpar. Após décadas de instabilidade política e ditaduras militares, consolida-se na região a democracia eleitoral e – o que é mais surpreendente – o número de novos governantes que pode ser identificado, de uma forma ou outra, com posições políticas de esquerda não tem precedente histórico. De Tabaré Vasquez, no Uruguai, a Martín Torrijos, no Panamá; de Néstor Kirchner (e, em seguida, Cristina Kirchner), na Argentina, a Daniel Ortega, na Nicarágua; de Michelle Bachelet, no Chile, a Hugo Chavez, na Venezuela; de Evo Morales, na Bolívia, a Rafael Correa, no Equador; representantes de praticamente todas as vertentes formativas da esquerda latino-americana chegaram ao governo de países de porte pequeno, médio e grande.

Herdeiros do socialismo moderado de classe média, do sindicalismo e do movimento camponês e indígena, assim como do nacionalismo militar radicalizado e da guerrilha são agora, numa escala inédita, os protagonistas das relações internacionais no subcontinente, carregando ao mesmo tempo as esperanças depositadas no processo de integração regional e as dores geradas por interesses nacionais muitas vezes conflitantes, na história e no presente. Se as derrotas de Ollanta Humala no Peru e de Andrés Manuel López Obrador no México poderiam ser vistas como sinais do fim da “onda esquerdista”, a reeleição de Lula após um profundo desgaste gerado pelos escândalos que atingiram seu governo, a resistência de Chavez a duas tentativas de golpe e a própria sobrevivência do regime cubano 18 anos após a queda da União Soviética – na verdade, com fôlego político e econômico renovado pela aliança com a Venezuela – apontam em sentido contrário.

Para a adequada compreensão do significado histórico desta conjuntura é necessário ir além da análise de formações partidárias e políticas governamentais, examinando o modo como as transformações vividas pelas sociedades latino-americanas nas últimas décadas se articularam para produzir este cenário político. Esse exercício exige um olhar atento para a complexa relação entre a dimensão institucional da política e o multifacetado quadro dos movimentos sociais da região, uma tarefa para a qual os depoimentos de militantes se constituem em instrumentos preciosos, em muitos casos até mesmo insubstituíveis. Ao mesmo tempo, o registro e a disponibilização desses depoimentos chama a atenção para o papel da memória histórica na construção e redefinição das identidades dos atores coletivos e na formatação das condições em que se dá a interação entre eles. Conforme procuraremos demonstrar, é possível ainda argumentar que as condições de produção e transmissão dessa memória passam por transformações significativas diante do aprofundamento da inserção da esquerda no universo institucional, uma decorrência direta da estabilidade democrática inédita hoje vivida na região.

No Brasil, o Partido dos Trabalhadores, surgido como resultado das lutas sociais do final dos anos 1970, conquistou crescente espaço no sistema político a partir das eleições municipais de 1988, quando passou a administrar diversas cidades de pequeno e médio portes, até eleger seu principal líder, o ex-retirante nordestino e ex-dirigente sindical metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República em 2002. Como resultado desse crescimento, o partido ganhou progressivamente o caráter de uma grande máquina política cada vez mais imbricada ao poder de Estado. Esse processo gerou entre os militantes que participaram da construção do partido uma série de conflitos no que diz respeito às redefinições programáticas, estratégicas e organizativas a serem adotadas em cada conjuntura do período. No que diz

respeito às condições atuais de enunciação das memórias desses militantes, esses conflitos se expressam na formulação de narrativas que oscilam entre o orgulho pela grande realização de ter viabilizado a existência de um partido de perfil claramente diferenciado na história política do país e as frustrações e perplexidades causadas pela distância entre o imaginário original sobre o que representaria a chegada do PT ao poder e a experiência da forma como ela efetivamente se deu.

O crescimento do PT implicou também a criação de mecanismos institucionais dedicados a resgatar, sistematizar e difundir a história do partido, uma necessidade que se tornava mais e mais evidente na medida em que a existência da organização passava a ser medida em décadas e que a dimensão de seus filiados atingia a casa das centenas de milhares, a imensa maioria dos quais não havia vivenciado a fundação ou os primeiros anos de construção partidária. Essas iniciativas envolveram inicialmente a produção de cartilhas e a realização de aulas sobre a história do partido nos cursos promovidos pela Secretaria de Formação Política do Diretório Nacional no início dos anos 1990. Paralelamente, inicia-se a publicação da seção “Memória” na revista *Teoria e Debate*³, criada pelo diretório estadual de São Paulo do partido em 1987 e, a partir de 1997, incorporada ao órgão cultural oficial do partido, a Fundação Perseu Abramo.

Esta instituição, por sua vez, estabeleceu como uma de suas áreas de atuação permanentes o Projeto História e Memória, posteriormente rebatizado Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política, dedicado à organização e à disponibilização ao público do arquivo histórico do partido. Para a troca de experiências visando a orientação técnica da implementação desse projeto, foi firmado convênio com o Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL-Unicamp), órgão pioneiro na preservação de acervos da esquerda brasileira.

Com esta nova estrutura, viabilizada pela parcela dos recursos do fundo partidário destinada compulsoriamente à criação de fundações ou institutos culturais, formou-se pela primeira vez um conjunto de profissionais remunerados dedicados integralmente à história do partido, gerando uma série de produtos tais como um livro contendo as resoluções de encontros e congressos do PT⁴ (posteriormente atualizado e reeditado na forma de CD-ROM⁵), uma exposição fotográfica criada no aniversário de 20 anos do partido, posteriormente também revista e atualizada e transformada em livro⁶, além de uma série de páginas eletrônicas especiais comemorativas a eventos da história partidária ou correlatos, tanto no site do PT⁷ como no da própria Fundação⁸. Os arquivos do partido passaram a ser visitados e estudados por pesquisadores de várias origens e perfis a partir de sua abertura ao público,

em 2001, e começaram a ser microfilmados em 2002, com recursos da Fundação Mellon obtidos junto ao Program for Latin American Libraries and Archives, do David Rockefeller Center for Latin American Studies, da Universidade de Harvard⁹.

Essas iniciativas institucionais relativas à história do PT foram desde o início marcadas pela tensão entre o caráter celebratório, em certa medida natural e necessário como uma forma de qualquer grande instituição reforçar e atualizar sua identidade, socializando e irmanando seus integrantes por meio de relatos e ícones da memória coletiva e, de outro lado, o potencial político da pesquisa histórica como instrumento de reflexão crítica e autocrítica. A preocupação com o equilíbrio entre esses dois aspectos do trabalho dedicado pela estrutura partidária à sua própria história pode ser percebida, por exemplo, na mensagem de apresentação do Centro Sérgio Buarque de Holanda escrita pelo ex-presidente da Fundação Perseu Abramo e atual ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Soares Dulci:

O PT compromete-se não apenas com a preservação da documentação histórica, mas também com a garantia de acesso a ela por parte dos cidadãos. Longe de construir uma história oficialista e autocelebratória, a exemplo do que muitas vezes ocorreu com a esquerda no passado, o partido pretende estimular a investigação aberta, crítica e plural.¹⁰

Conforme apontaremos posteriormente, essa tensão entre a memória como celebração e como exercício crítico, entre a criação de um documento aberto a uma pluralidade de leituras e a necessidade do depoente deixar a sua interpretação política registrada, inclusive para os fins da luta política interna e externa, perpassa também os depoimentos dados ao projeto de história oral do partido.

A possibilidade de implementação de um projeto desta natureza vinha sendo discutida desde a criação do Projeto Memória, e dois projetos piloto foram realizados entre 2002 e 2004, um deles tomando o depoimento de militantes de base do Rio de Janeiro, em parceria com o Laboratório de História Oral e Iconografia da Universidade Federal Fluminense (Labhoi-UFF), envolvendo as equipes do professor Daniel Aarão Reis Filho e da professora Ana Maria Mauad, e outro tomando o depoimento das principais lideranças do PT do Rio Grande do Sul para a produção de um livro, em parceria com o Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do professor Benito Bisso Schmidt.

Partindo dessas duas experiências piloto, a oportunidade para um programa nacional de história oral do PT foi concebida em pelo menos três dimensões:

1. Como um complemento ao processo de resgate, organização e disponibilização da documentação acumulada pelo partido ao longo da sua existência;
2. como forma de comemorar os 25 anos da fundação do partido, que então se aproximava;
3. como um movimento de “resgate da identidade”, diante da então já evidente perplexidade de boa parte da militância petista diante das transformações vividas pelo partido – por exemplo, as alianças e o tipo de *marketing* político adotados na campanha de 2002 – e do caráter do governo Lula, particularmente, até então, no que dizia respeito à manutenção de uma política econômica ortodoxa.

O projeto resultou de uma confluência de interesses e perspectivas entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), que levou a um convênio de cooperação entre ambas instituições, sendo que, posteriormente, um convênio complementar veio a ser firmado entre a Fundação Perseu Abramo e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, à qual um dos coordenadores do projeto veio a se vincular. Do ponto de vista da Fundação Perseu Abramo, a parceria com o CPDOC/FGV dava continuidade à busca por incorporar ao seu trabalho na área de história a *expertise* e a isenção de centros de excelência, como já ocorrera nas iniciativas relacionadas à documentação física. Já do ponto de vista do CPDOC/FGV, tratava-se de uma oportunidade para atualizar a sua linha de acervos de história oral, que tem como um de seus elementos centrais os depoimentos de integrantes das elites políticas brasileiras, às quais o PT passava a se integrar após a eleição de Lula para a presidência da República.

É fundamental mencionar também a evolução da conjuntura em que foram produzidos esses depoimentos. As entrevistas começaram a ser realizadas no início de 2005. Neste último ano, o Partido dos Trabalhadores atravessou grave crise interna sendo vários de seus dirigentes, ocupantes de cargos tanto na estrutura interna do partido quanto no governo federal, acusados de corrupção e compra de votos. Esse episódio, iniciado em junho de 2005, provocou grandes dissensões e um desgaste muito grande junto à sociedade, rompendo com a imagem de um partido que se distinguia dos demais pelos seus compromissos éticos. Essa situação levou a uma interrupção temporária dos trabalhos, uma vez que vários dos depoentes resolveram adiar suas entrevistas, diante de um cenário de angústias e incertezas em relação aos próprios destinos do partido.

A longa e complexa evolução da crise até a reeleição de Lula em 2006 deixou, portanto, suas marcas nas próprias circunstâncias e no teor dos de-

poimentos. Há entrevistas que mencionam a gravidade da crise quando ela na verdade estava apenas nos seus primórdios, como a de Apolônio de Carvalho, falecido em setembro de 2005, antes que fosse possível realizar uma segunda sessão de entrevista. Outras foram iniciadas antes da crise e concluídas quando vários dos seus desdobramentos já haviam ocorrido, como a do ministro Luiz Dulci. Alguns entrevistados estavam no auge de sua força política quando foram selecionados, e suas vidas públicas tinham sido já duramente atingidas pelas denúncias quando a entrevista de fato veio a ocorrer, como foi o caso do deputado federal Paulo Rocha, do Pará. Outros eram representantes de tendências internas do PT no início do projeto, e deram o depoimento quando já haviam deixado o partido, como o baiano Jorge Almeida, que se tornou dirigente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

É possível dizer, entretanto, que a crise apenas fez crescer a convicção das instituições promotoras sobre a importância do projeto. A Fundação Perseu Abramo, contornados os seus problemas financeiros, não apenas consolidou a estrutura de apoio necessária à pesquisa como também propôs a ampliação do universo de entrevistados dos 25 originalmente previstos para 40, e as versões editadas darão origem a uma publicação cujos volumes serão lançados a partir de 2008.

Além dos livros mencionados anteriormente, a proposta do projeto é produzir um acervo que reúna um conjunto de depoimentos, permitindo, assim, recuperar os momentos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Os depoentes foram selecionados num processo de diálogo entre os coordenadores do projeto e a direção da Fundação Perseu Abramo, tendo como critério principal a diversidade social, política e regional. Evidentemente a capacidade de compatibilizar essas várias dimensões da idéia de diversidade é bastante limitada num universo relativamente reduzido de entrevistados. Houve, portanto, várias reformulações da listagem, buscando um maior equilíbrio entre duas preocupações conflitantes: de expressar a “correlação de forças” existente no interior do partido e a de assegurar a voz mesmo a setores minoritários. A dificuldade em ajustar esses aspectos na composição da amostra se coloca também pelo dinamismo imposto pelo próprio crescimento do PT. Estados em que o partido era muito débil nas suas origens tornaram-se muito importantes posteriormente. O peso das mulheres, embora ainda pequeno, aumentou após a iniciativa pioneira do PT de assegurar cotas nas direções e nominatas de candidatos mesmo antes disso se tornar uma exigência legal. O mapa das tendências internas alterou-se várias vezes e ex-integrantes da maioria tornaram-se expressões da minoria, e vice-versa. Vários problemas desta natureza, que foram mais claramente detectados após o início do projeto, foram ao menos parcialmente solucionados com a expansão do número

de entrevistados que mencionamos anteriormente. De todo modo, realizado o primeiro bloco de entrevistas, parece claro que elas propiciam o contato com diferentes visões que conviviam na época, e ainda convivem no presente, sobre a fundação e a construção do PT.

Trajetórias de vida, memórias políticas e identidade coletiva

Do conjunto de 40 nomes selecionados, já foram realizadas, até o final de 2007, 22 entrevistas, totalizando mais de 60 horas de gravação. As entrevistas são conduzidas visando perceber a relação entre a trajetória pessoal de cada entrevistado e sua inserção na história política e social brasileira. A proposta que orienta a tomada do depoimento está voltada para captar aspectos da infância, formação, origens familiares e início na militância política. Uma segunda parte acompanha o ingresso do entrevistado no PT, as primeiras lutas do partido, as primeiras disputas eleitorais e as experiências com a participação na política institucional. Como demonstração da riqueza e dos potenciais dessas fontes, faremos aqui um exercício de análise de um segmento bem delimitado dos depoentes: aqueles pertencentes a gerações que tiveram atuação política significativa antes do Golpe de 1964.

Embora nascido sob o signo do novo e marcado por uma forte recusa à herança da esquerda hegemônica no pré-1964, o PT pagou, desde o início, um tributo seletivo à história da esquerda brasileira. Na sessão de fundação do partido, conforme relatou Perseu Abramo no jornal *Movimento*:

Sentaram-se à mesa (...) os seis primeiros signatários do Manifesto de Lançamento, muito aplaudidos pelo plenário: Mário Pedrosa (fundador do semanário *Vanguarda Socialista* em 1945), Manoel da Conceição, líder camponês do Nordeste; Sérgio Buarque de Holanda, historiador; Lélia Abramo, atriz; Moacir Gadotti, em nome do educador Paulo Freire; e Apolônio de Carvalho, fundador do PCBR.¹¹

Esse elenco de veteranos lutadores expressava claramente qual parcela da herança da esquerda brasileira o PT reivindicava. Pedrosa, que viria a falecer em 1981, fora um prócer trotskista – corrente à qual também esteve vinculada Lélia Abramo – na década de 1930. Ao mesmo período remontava a militância de Apolônio, cuja vida constituía uma epopéia que rivalizava com a de Luís Carlos Prestes, sendo que enquanto este, aos olhos das novas gerações, representava a subordinação irrestrita à linha soviética, o primeiro expressava as dissidências comunistas que aderiram à luta armada nos

anos 1960. Sérgio Buarque de Holanda e Paulo Freire eram intelectuais de esquerda independentes, e enquanto o primeiro se tornara uma das principais referências na análise das particularidades da formação social brasileira, as reflexões teórico-metodológicas e as experiências pedagógicas do segundo tiveram influência decisiva no trabalho das Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais católicas, uma das principais vertentes formadoras do PT. Manoel da Conceição, além de representar um importante aceno simbólico ao campesinato por parte de um partido que nascia eminentemente urbano, era também uma liderança vinculada ao minoritário setor da Ação Popular (AP) que se recusara a ingressar no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ou seja, dos remanescentes do maoísmo que vieram a se distanciar da tradição comunista.

A grande maioria destes militantes faleceu antes do início do Projeto de História Oral do PT. Os dois que sobreviveram até então, Apolônio de Carvalho e Manoel da Conceição, foram definidos como entrevistados prioritários. A eles somou-se o professor Antonio Candido, que na entrevista confirmou a sua discreta participação na sessão do Colégio Sion, sentado entre dois companheiros oriundos do Partido Socialista Brasileiro: o economista Paul Singer – atual titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – e o filósofo José Arthur Gianotti – que viria a aderir ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), tornando-se um virulento antipetista. Na narrativa de Antonio Candido fica claro que, após o desaparecimento da maior parte dos seus companheiros, ele passava a assumir o papel de principal portador da memória dos intelectuais que, desde o período da Segunda Guerra Mundial até 1964, se agruparam em diferentes momentos sob a auto-identificação de “socialistas democráticos”.

Voltando ao momento fundador do PT, Apolônio, do alto da sua modéstia, assim explicou a homenagem recebida:

Prefiro atribuir aos cabelos brancos essa situação muito privilegiada. (...) Como eu vinha da esquerda, do PCB (Partido Comunista Brasileiro), as novas lideranças sindicais e outras, que criaram o PT, tinham interesse em dar um certo lugar ao que representávamos, à esquerda tradicional anterior.

Manoel da Conceição também se recorda com visível orgulho da ocasião:

Para assinar a ata de fundação do partido no Colégio Sion e as primeiras fichas de filiação ao partido, o primeiro foi Mário Pedrosa. O segundo foi Apolônio de Carvalho. E o terceiro foi Manoel da Conceição. (...) Como os outros dois faleceram, eu sou o primeiro filiado nacional do PT ainda vivo. [risos]

Antonio Candido

As razões da opção desses expoentes de vertentes tão variadas pelo nascente projeto do PT podem ser indicadas em um dos episódios narrados por Antonio Candido:

Fazíamos reunião no Sindicato dos Jornalistas, o Lula presente. Fernando Henrique estava lá. Eu falei para o Fernando Henrique: “Como é?”. Ele disse: “Estão querendo criar partido mesmo”. Falei: “Eu acho que não deve criar agora”. Fernando Henrique: “Também acho que não deve criar”. Mas eu falei para ele: “Mas com uma ressalva, hein, Fernando. Se criarem, eu entro. Isso eu não tenho dúvida. Eu acho que não é a hora, eu sou muito prudente, talvez, até um pouco medroso. Agora, uma coisa é clara, se esses trabalhadores fizerem o partido, eu entro”.

Ou seja, ingressavam no PT, além do contingente principal de líderes sindicais e populares oriundos das lutas dos anos 1970 e do expressivo número de egressos das organizações de esquerda criadas dos anos 1960 – que tanto num como noutra caso estavam na casa dos 30 e poucos anos de idade –, grupo bem menor de indivíduos de gerações anteriores da esquerda brasileira. Mesmo divergindo dos sindicalistas que lideravam o processo de criação do partido em aspectos importantes na avaliação do momento político, esses veteranos reconheciam na própria existência desta liderança operária uma novidade histórica inquestionável, que tornava a sua adesão ao partido praticamente obrigatória. As explicações contidas dos entrevistados para a sua adesão imediata ao PT são buscadas em aspectos específicos da sua trajetória política anterior.

Um dos bordões repetidos por Antonio Candido, por exemplo, é o conflito entre, de um lado, o que ele define como seu temperamento conservador, sua tendência para o apoliticismo, e, de outro, o imperativo de consciência que o conduziu à militância. A tensão perpassa diversos momentos históricos: a participação em agrupamentos políticos como a UDS (União Democrática Socialista), a Esquerda Democrática e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), da década de 1940 ao Golpe de 1964; as lutas contra a ditadura militar na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, na rua Maria Antônia, em 1968; a criação e a participação na direção de associações sindicais de docentes do ensino superior nos anos 1970; e, por fim, o próprio momento de criação do PT.

Em cada um desses episódios, o entrevistado destaca outros personagens do seu convívio como sendo os verdadeiros protagonistas, que definiram

a evolução do posicionamento a ser adotado por uma vertente de socialistas democráticos que, mesmo passando por diversas mutações, apresentaria uma grande coerência desde as origens até o ingresso da maioria dos seus sobreviventes no PT. Falando sobre as origens do pequeno grupo que editava no início da década de 1940 a revista “apolítica” *Clima*, relembra como seu amigo Paulo Emílio Salles Gomes, que posteriormente viria a se destacar como o maior crítico de cinema do país, convenceu-o da necessidade de “fazer uma esquerda que não seja nem stalinista nem trotskista; mas que tenha base marxista e tenha o intuito revolucionário”.

A fragilidade deste grupo, reconhece, era a sua falta de inserção em qualquer movimento social oriundo da classe trabalhadora, fato que teria sido criticado pelo ex-militante trotskista Lívio Xavier, que defendia que os “ótimos quadros do Partido Socialista [PS] deviam entrar para o PTB [Partido Trabalhista Brasileiro] e lutar para transformá-lo num partido socialista”, caminho que, no entender de Antonio Candido, foi posteriormente tentado por Alberto Pasqualini, Fernando Ferrari, Lúcio Bittencourt e San Thiago Dantas... Apesar do distanciamento da Esquerda Democrática e do PSB em relação à classe operária, Antonio Candido não titubeia em identificar neles as origens do projeto político que, décadas depois, encontraria no movimento operário capitaneado pelos metalúrgicos do ABC as condições para vir a se transformar num partido: “Traçamos, muito canhestamente, (...) o rumo do futuro. Porque foi o que o PT veio a fazer. A diferença é que nós éramos uma pequena elite de intelectuais, estudantes e professores; e o PT nasceu da massa”.

Um episódio particularmente dramático ilustra a visão do entrevistado de que sua geração chegava ao final da vida, e os poucos que permaneciam em condições de fazê-lo no início dos anos 1980 tinham o compromisso de transmitir sua experiência ao movimento nascente. Outro de seus veteranos companheiros de militância, o médico Febus Gikovate, encontrava-se à beira da morte e Antonio Candido, presentindo o pior, resolveu visitá-lo em plena noite de sábado. Para animar o amigo, inventou o que qualificou como uma “mentira piedosa”, dizendo que os operários do ABC haviam convidado a ambos para participar das conversas preliminares sobre a criação do PT, mas acrescentando imediatamente que não iria, porque não queria mais saber de política. Gikovate teria repreendido o amigo e pedido, com muita seriedade, que ele fosse à reunião, pois o novo partido representava tudo que ambos teriam buscado fazer na sua mocidade sem conseguir, e que explicasse a sua ausência, dizendo que só não fora ao encontro dos sindicalistas porque estava indo “para outro lugar”. Antonio Candido atribui a esse episódio um peso decisivo na sua decisão por ingressar no PT.

Ao concluir o seu depoimento com um balanço do que considera serem os avanços históricos da esquerda no Brasil contemporâneo, o ciclo da narrativa se fecha com um retorno às origens da sua militância, tendo como eixo central a evolução da questão democrática no Brasil do século XX. Referindo-se novamente ao manifesto da UDS, redigido por Paulo Emílio, lembra que o documento já apontava que na “pseudodemocracia” até então existente no Brasil, fazendeiros, banqueiros e industriais já tinham falado muito, a classe média e os operários tinham dito algumas palavras, sendo o trabalhador do campo “a grande voz muda da história brasileira”. Antonio Candido relembra que a geração do seu pai estava convencida que “viviam numa perfeita democracia”, apesar de apenas 200 mil eleitores elegerem o presidente da República, sem nem mesmo a proteção do voto secreto. Destaca que foi o governo ditatorial do Estado Novo que permitiu que entrasse em cena grande parte do operariado urbano, o que no seu entender deveria ser reconhecido como demonstração da “grandeza do populismo”. Quanto aos trabalhadores rurais, relembra o papel do PSB, por meio de Francisco Julião, na organização das ligas camponesas e destaca que com a eleição de Lula o Brasil tem, finalmente, condições para realizar a democracia:

A tarefa do socialismo no Brasil, no momento, é criar a possibilidade de vida democrática. E isso só está sendo possível agora porque os trabalhadores rurais estão se organizando politicamente. (...) O PT foi um extraordinário progresso porque mostrou que o operário urbano organizado pode dar as cartas; e o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] completou o PT. Eu sou otimista quanto ao futuro do Brasil porque eu acho que o século XXI é o século em que todos os segmentos da sociedade brasileira estão podendo falar politicamente, desde o intelectual de classe alta até o trabalhador de enxada.

Apolônio de Carvalho

Já Apolônio de Carvalho indica como origem das posições políticas que o levaram ao PT os debates no interior do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do qual fora um dos principais fundadores. Diante dos sinais de abertura democrática, Apolônio, mesmo reconhecendo “todas as deficiências e todas as anomalias” da experiência republicana brasileira, avaliava que não era mais possível apostar numa retomada da luta armada, considerando-se “o nível de consciência do povo e também o modelo de regime político que começava a ser instaurado”. Outro marco decisivo na sua aproximação com o emergente projeto de partido deu-se no interior do movimento pela anistia aos presos políticos e exilados, por meio do qual, ainda no

exílio, tomou conhecimento de que “as grandes lideranças sindicais procuravam criar forças novas para derrubar a ditadura”. Segundo o depoente, com o regresso ao Brasil, a adesão ao Movimento pelo PT teria sido natural, vindo a ocorrer por intermédio do artista plástico Sérgio Sister.

Ao contrário dos demais “veteranos”, Apolônio envolveu-se ativamente nas polêmicas internas do partido nascente e chegou a ocupar cargos nas primeiras Comissões Nacionais Executivas do PT, sendo o único dos três que aponta a existência de divergências internas já nos momentos de fundação do partido, como no que diz respeito à denominação do novo partido, que segmentos da “Ação Popular antiga, das lutas e vigílias” queriam que se chamasse Partido Popular. Esses debates internos, relembra Apolônio, refletiam a riqueza da situação histórica em que se configurava o projeto partidário. Como destaca o entrevistado, “o PT, ao nascer, não era somente o partido dos trabalhadores”, pois trazia a contribuição de setores da Igreja Católica, dos parlamentares progressistas do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), do movimento universitário, do mundo da cultura, do mundo do jornalismo, do mundo do funcionalismo, ou seja, era o partido “dos cidadãos que, depois de 20 anos de ditadura militar, sonhavam com liberdade, justiça social e correção, gradual e progressiva, dos contrastes sociais existentes no país”.

Apolônio destaca o quanto ele, vindo da experiência de monolitismo político da esquerda tradicional, valorizava o espaço democrático de discussão interna do PT, mas desde o início teve muita consciência de que a falta de unidade poderia colocar em risco o próprio caráter do partido, assim como a sua viabilidade. Sendo um experiente militante da esquerda organizada, Apolônio logo conquistou, porém, a confiança dos sindicalistas, precisamente pelo combate ao que ele identifica como visões “apressadas” que disputavam os rumos do PT, e “pretendiam o socialismo, não amanhã de manhã, o que já seria muito cedo, mas até ao meio-dia”. Esse papel destacado assumido por Apolônio no enfrentamento aos agrupamentos que assumiam posições mais radicais dentro do PT, inclusive o próprio PCBR, prolongou-se por toda a primeira década de existência do partido:

Eu achava que devíamos, primeiro, preservar a identidade do PT e o caminho que ele tinha escolhido ao nascer: um caminho profundamente marcado pela confiança no povo, pela busca de liberdade e pela visão das realidades e das possibilidades reais de mudanças sucessivas.

Na avaliação de Apolônio, a temporalidade prevista para as transformações sociais implícita no próprio caráter do PT entrava em choque com a visão de tendências como a Convergência Socialista e a Causa Operária,

que ele considerava “extremamente duras no julgamento dos elementos que tinham a liderança maior do PT e que não coincidiam com seus ritmos e seus horizontes”. Sem defender explicitamente a expulsão das duas organizações de dentro do partido, o veterano militante propôs que ambas fossem convidadas “a se transformar em partido”, e defendeu que o PT colaborasse com a criação desses novos partidos:

E então as divergências seriam feitas no quadro de uma aliança de forças políticas; mas não quebrando a inteireza, a identidade de um partido nascente, que precisava ter essa imagem mais precisa e mais unificada para dirigir seu povo.

Se, por um lado, destacava-se no combate ao “esquerdismo”, por outro lado, o experiente militante demonstrava muito cedo a sua preocupação com os desvios que a gravitação em torno do processo eleitoral poderia trazer à concepção original do PT como resultado da confluência de diversos movimentos sociais e instrumento de organização política popular permanente. Quando ainda era integrante da Comissão Executiva Nacional do partido, solicitou recursos para “visitar as direções do PT em todo o país para saber até que ponto decrescia a presença dos núcleos populares na estrutura partidária”.

Com base nessas reflexões é que Apolônio analisava a crise política do governo Lula e do PT em 2005, que ele não sabia encontrar-se apenas nos primórdios no momento de realização da entrevista, mas diante da qual ainda preservava seu conhecido e invejável otimismo. O entrevistado apontava o fato, por muitos posteriormente esquecido, de que as origens da crise remontavam às disputas internas do partido, que se expressaram na existência de dois candidatos petistas na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, criando as condições para a eleição de Severino Cavalcanti (PP – Partido Progressista):

Eu acho que a divisão do PT é algo que marca sua trajetória desde o primeiro dia. Se vocês relerem trabalhos da Fundação Perseu Abramo, inclusive o relato da sessão de fundação do PT, a 10 de fevereiro de 1980, por Perseu Abramo¹², vocês vão ver como o choque das tendências apressadas já modificava a visão original do PT e procurava impor, de um lado, a limitação das forças interessadas nas mudanças, para dar aos trabalhadores mais ligados à produção a situação primordial no jogo das mudanças; e de outro lado, a pressa pela profundidade das mudanças.

Na visão de Apolônio, porém, assim como as origens dos problemas enfrentados pelo partido ao conquistar a Presidência da República remontavam às suas próprias características originais, as forças para a superação da crise

também delas adviriam: “Eu acho que é possível, (...) voltar a sentir e estimular a imagem original do PT, [a]vivar a alegria e o orgulho de ser militante de um partido que, ao nascer, foi o mais democrático dos partidos de nossa história e tem tudo para ser de novo”.

Manoel da Conceição

No caso de Manoel da Conceição podemos localizar um dos principais nexos entre a narrativa de sua trajetória política anterior e a explicação para sua adesão ao PT no momento quase mítico do seu encontro com Mao Tsé-Tung. A relevância da ocasião pode ser indicada pelo fato de Manoel ser, então, a principal liderança camponesa identificada com o maoísmo – uma concepção política baseada precisamente na estratégia de “guerra popular prolongada” e “cerco da cidade pelo campo” – no Brasil. Segundo o entrevistado, após relatar ao “Grande Timoneiro” as divergências existentes no interior da AP, teria dele ouvido que também conhecera o isolamento por 15 anos, quando a maioria do Partido Comunista Chinês acreditava que “a revolução chinesa devia ser feita da mesma maneira que foi feita na União Soviética”. Por fim, recebeu de Mao três conselhos. O primeiro era: “antes de sair da China, cavar um buraco e enterrar” tudo o que lá havia aprendido; o segundo: chegando ao Brasil, pesquisar “a realidade brasileira, a cultura do povo, a sua luta, a sua história política, social, econômica”, para a partir daí “traçar rumos que pudessem orientar a revolução brasileira”; e o terceiro: “numa luta política ideológica interna num grupo”, que nunca fosse “o primeiro a declarar a ruptura com quem está no mesmo campo”. Ou seja, o relato do encontro com o líder supremo da sua corrente política serve como argumento de autoridade para o afastamento de Manoel do maoísmo como doutrina, e o leva a apostar na construção de instrumentos de transformação social baseados nas particularidades do Brasil.

Isso explica, segundo o entrevistado, sua identificação com o projeto do PT desde o momento em que, exilado na Europa, começou a ter informações sobre a proposta de criação do partido. Manoel da Conceição relembra que muitos dos militantes exilados desconfiavam de Lula, que apesar de operário estaria sendo “muito bajulado pela burguesia”. Mas, apesar das suspeitas iniciais, o debate entre o grupo de exilados na Europa, ao qual Manoel da Conceição estava associado, inclinava-se já claramente no rumo da adesão ao PT, ao contrário do que ocorria com vários outros segmentos da esquerda brasileira no período. A iniciativa de criação de um canal de comunicação direta com a maior liderança do novo sindicalismo, que se transformou posteriormente numa relação de forte confiança pessoal, pavimentou o caminho

para a opção pelo projeto do PT. Manoel começou a corresponder-se com Lula – a quem considera “como um irmão” – quando ainda estava na Suíça, e vincula este fato à calorosa recepção que recebeu ao chegar a São Paulo:

Rapaz, eu não sei quantos, porque não conferi, só sei que tinha bastante homem lá, companheiros operários e trabalhadores. E o fato, companheiro, é que, a partir de então, eu me engracei de ficar no PT. (...) Cheguei aqui no dia 9 de outubro de 1979. E no dia 13 de outubro de 1979 eu fui para uma reunião no ABC paulista, lá no Sindicato dos Metalúrgicos, tinha uma centena de lideranças operárias e até alguns intelectuais técnicos, e lá eu pedi engajamento na construção do PT. Naquele dia nós escolhemos a primeira comissão pró-construção do partido no Brasil.

Manoel também se envolveu ativamente no trabalho de construção partidária, concorrendo a cargos eletivos em duas ocasiões – a governador de Pernambuco, em 1982, e a senador pelo Maranhão, em 1994 – com clara ênfase na expansão da base social do partido entre os trabalhadores do Nordeste. Essa construção do partido no campo nordestino, partindo de uma situação de quase inexistência, após um longo e paciente trabalho, chegou, aponta o entrevistado, a um enraizamento bastante amplo, não apenas do ponto de vista eleitoral, mas também no que diz respeito à expansão da presença de petistas nas organizações sindicais de trabalhadores rurais.

Primeiro os companheiros do Rio Grande do Norte me convidaram para montar lá uma oposição sindical rural, coisa em que eu tinha muita experiência. Então eu fui para lá, para o Rio Grande do Norte, comecei a fazer o serviço. Como deu certo, também me chamaram na Paraíba. Aí nós criamos as oposições já construindo o PT também. A oposição sindical era PT e o PT era a oposição sindical. Em Pernambuco, do mesmo jeito. Um companheiro que era, na época, da oposição sindical lá em Pernambuco, chama-se Mané de Serra¹³. Hoje, ele é o presidente da Contag.

Considerações finais

A análise preliminar do subconjunto de depoimentos comentados anteriormente pretende ilustrar a riqueza das trajetórias convergentes na formação do PT e o papel das narrativas orais na construção e reconstrução de nexos entre passado e presente. Ao mesmo tempo, demonstra o papel da memória no enfrentamento das perplexidades geradas pela vivência de situações longamente almejadas, mas que expõe a militância à angústia e à frustração diante

da distância entre, de um lado, a imagem idealizada dos objetivos históricos do PT e, de outro, a forma real como se deu a transformação do partido em um protagonista do sistema político brasileiro.

Pela sua própria natureza, o projeto aqui apresentado traz elementos significativos para a reflexão sobre os limites entre história institucional e história acadêmica, assim como entre história e memória. De um lado, trata-se de uma iniciativa que atende claramente a objetivos e decisões político-institucionais. Apenas a título de exemplo, seria interessante explicar como se dá a própria seleção dos entrevistados. Conforme já foi mencionado anteriormente, o objetivo fundamental do projeto era garantir que os depoimentos contemplassem a diversidade política, regional e social (estrato socioeconômico, gênero, origem étnico-racial etc.) presente na formação do partido. Entretanto, a aplicação desses critérios, definidos consensualmente entre as instituições promotoras do projeto e os coordenadores da pesquisa, a um conjunto composto por um número delimitado de entrevistas poderia dar origem a listas muito diversas. Foi decidido, portanto, igualmente de comum acordo entre todas as partes, que caberia à diretoria da Fundação Perseu Abramo, com base numa lista de possibilidades elaborada pelos coordenadores da pesquisa, dar a palavra final na indicação dos indivíduos mais adequados para contemplar cada “perfil” necessário para garantir as múltiplas dimensões da diversidade da “amostragem”. Essa opção baseia-se na avaliação de que os eventuais questionamentos por parte de militantes históricos que não tenham sido incluídos – o que é inevitável diante do número limitado de entrevistas – sem dúvida alguma serão dirigidos à instituição.

Poder-se-ia, entretanto, argumentar que este tipo de interferência, anterior até mesmo ao momento das entrevistas, somado à própria seletividade da memória colocaria em questão a própria qualidade do conhecimento histórico assim produzido. Vale ressaltar, inclusive, que num projeto desta natureza, as motivações políticas na definição do dito e do não-dito, assim como das formas de dizer, não vêm apenas do exterior. Embora a liberdade de expressão seja total e mesmo com a garantia de que a versão editada só será publicada, e a versão integral disponibilizada para pesquisa, após autorização do depoente – havendo até mesmo a possibilidade de supressão definitiva ou temporária de trechos sensíveis –, é evidente que a avaliação do impacto político potencial das declarações perpassa a própria construção dos depoimentos pelos entrevistados.

Além das justificadas desconfianças referentes à história “oficial” ou “militante”, um projeto desta natureza está sujeito, evidentemente, às críticas ao subjetivismo inerente ao próprio exercício da história oral. À euforia inicial que tratou os gravadores como armas numa guerra de guerrilhas destinada a

destruir o monopólio da história pelas classes dominantes¹⁴ seguiu-se, mesmo entre aqueles que reconhecem a validade das fontes orais, uma preocupação com os riscos de que, em muitos casos, se estivesse entronizando o senso comum e as distorções intencionais ou não-intencionais características da memória individual a pretexto de produzir uma “história alternativa”¹⁵. Tais preocupações ganham peso ainda maior num contexto em que a necessidade de balanço de experiências coletivas trágicas impõe um “dever de memória”, como ocorre no cenário pós-ditaduras latino-americanas, e ganham contornos dramáticos quando a produção dessas memórias se dá no contexto da crise dos parâmetros tradicionais de produção da verdade histórica que marca a cultura pós-moderna¹⁶.

Entretanto, como a sistematização ponderada e a reflexão crítica sobre décadas de experiência por praticantes de diversos países já demonstrou claramente, a história oral pode ser perfeitamente incorporada ao arsenal de recursos à disposição do historiador por meio da observância de exigentes procedimentos metodológicos¹⁷. Na verdade, boa parte das ressalvas dirigidas à história oral aplica-se igualmente a qualquer outro tipo de evidência relatada (*reported evidence*), aí incluídas fontes escritas das mais tradicionais (atas, relatórios etc.) que, muitas vezes, o fetiche da palavra escrita exime de escrutínio mais cauteloso¹⁸. A grande particularidade é que, no caso da história oral, os historiadores participam interativamente tanto da geração do documento quanto da articulação da trama institucional que define o seu contexto de emergência, tanto no mundo acadêmico como fora dele. O quanto isso pode ser um problema ou uma vantagem dependerá da combinação de uma série de fatores.

De todo modo, no que diz respeito à análise dos lugares de produção da memória social e do conhecimento histórico, é digno de destaque que um organismo vinculado a um partido político estabeleça parcerias com instituições acadêmicas na produção de materiais sobre a história desse mesmo partido. Isso demonstra o quanto, no contexto atual, a própria efetividade desses artefatos memorialísticos está associada à idéia de que resultem de um trabalho marcado pela isenção e pelo respeito a procedimentos metodológicos adequados. É tanto por causa disso como em função de particularidades da identidade originária do PT – como a ausência de uma doutrina teórica oficial – que desde o início estabeleceu-se que o projeto deveria pôr ênfase na diversidade que marca o processo de construção partidária.

Estamos, portanto, muito distantes do momento histórico em que predominavam nas organizações de esquerda os relatos históricos lineares, seletivos e ufanistas, escritos sob a ótica das direções e com a finalidade de celebrar a correção da sua “linha política”, gerando, como aponta Hobsbawm,

uma paródia paroquial da história política tradicional¹⁹. Não se trata aqui de negar, ingenuamente, que haveria no PT quem almejasse por uma história deste tipo, nem mesmo que elementos dessa visão estejam eventualmente presentes no modo como o partido lida com a sua história. O que destacamos é que para o PT o tipo de história institucional comum a organizações de esquerda de momentos históricos anteriores tornou-se ou impossível ou ao menos pouco produtora, mesmo no que diz respeito às suas finalidades políticas. A explicação para isso abarca uma série de motivos de natureza distinta, que vão do imbricamento da trajetória histórica do partido com o processo de democratização brasileiro²⁰, que tornam impossível a reprodução do monolitismo stalinista, até os impactos da consolidação da profissão de historiador nas formas de produção social da memória, impondo padrões metodológicos acadêmicos como condição de validade mesmo para o conhecimento histórico construído em outros âmbitos da sociedade.

A opção pelo trabalho com memórias de militantes suscita também questões teóricas específicas. Daniel James, no seu estudo sobre a trajetória de Doña Maria Roldán, líder dos trabalhadores da indústria frigorífica de Berisso, na Argentina²¹, analisa o papel da memória na busca pelo equacionamento dos conflitos e ambigüidades que marcam a vida dos ativistas da classe operária. De um lado, eles têm que lidar com e em alguma medida corresponder aos estereótipos que lhes são atribuídos em função de seus lugares sociais definidos por critérios de classe, gênero e identidade étnico-racial, evitando o isolamento e a estigmatização. De outro, o próprio engajamento torna-os, objetivamente, “desviantes” em relação aos padrões de conduta estabelecidos. James demonstra como essa função social de construção de sentidos unívocos a partir de múltiplas contradições por meio de narrativas reelaboradas e reencenadas opera não apenas no interior de cada indivíduo, mas nos espaços estabelecidos pela vida comunitária para o exercício das performances pelos “portadores de memória” socialmente reconhecidos.

O projeto de história oral do PT enseja uma reflexão sobre os modos como o processo de institucionalização de um partido político criado a partir de movimentos sociais transforma essa relação entre história pública, portadores de memória e reconstrução de identidades coletivas. No momento de sua fundação, o partido caracterizava-se como uma organização pequena, jovem, marcada por um forte voluntarismo. Nesse contexto, as práticas de “comemoração”, ou seja, de vivência coletiva da memória, se davam de maneira informal, espontânea, sendo as narrativas canônicas da sua história institucional facilmente sintetizadas pela própria identificação de uns poucos indivíduos como os “criadores do PT”. Apenas a título de exemplo, no âmbito nacional, até hoje, sete sindicalistas (Lula, Djalma Bom, Jacob Bittar, Olívio

Dutra, Paulo Skromov, Wagner Benevides e José Cicote) se auto-reconhecem nessa condição.

Evidentemente, o encontro entre eles em eventos associados ao partido, hoje bem menos frequentes, considerando-se suas trajetórias posteriores profundamente diferenciadas²², gerava e ainda gera invariavelmente um processo de rememoração de episódios considerados decisivos do processo de criação do partido ou de casos pitorescos ilustrativos das condições em que esse processo se deu. Grupos similares de “pais fundadores” e práticas de “comemoração” associadas à vida partidária podem ser identificados também em âmbito local, regional e setorial, mas à medida que o PT transformou-se numa instituição efetivamente nacional, massiva e altamente profissionalizada, estas práticas vieram a cair em segundo plano na preservação e transmissão da história partidária. Emergem, por outro lado, como descrevemos no início deste trabalho, “políticas de memória” cada vez mais complexas, atendendo a diversas finalidades, tais como a socialização de novos filiados, a educação política, a reflexão crítica, o *marketing* eleitoral etc. produzindo, muitas vezes versões e abordagens conflitantes. Se podemos, por um lado, caracterizá-lo como uma expressão dessas “políticas de memória”, resta avaliar que contribuição o projeto de história oral do PT pode trazer para a pesquisa da história recente e imediata da sociedade brasileira.

Como fica claro pelo exposto até aqui, não compreendemos esse processo como a produção de uma “outra história” que emana em estado bruto de vozes até então suprimidas. Poderíamos descrevê-lo mais adequadamente como a criação interativa de registros pessoais únicos sobre experiências históricas decisivas na formação do Brasil contemporâneo, formulados à luz do cruzamento entre, de um lado, a perspectiva dada pelo distanciamento cronológico e, de outro, o impacto dos eventos do presente.

Avaliamos que o grande potencial deste projeto, portanto, está na geração de um banco de depoimento abertos a leituras e interpretações diversas, uma importante contribuição ao desenvolvimento de uma cultura favorável a políticas públicas democráticas de acervos e documentação. A generalização de iniciativas dessa natureza seria fundamental para ampliar o acesso às condições de produção do conhecimento histórico tanto para profissionais como para leigos, contribuindo assim para enriquecer o enfrentamento dos desafios e indagações colocados para a sociedade brasileira no presente e no futuro. Nesse sentido, a dimensão subjetiva, longe de constituir um empecilho ou uma “impureza”, pode ser encarada como a grande contribuição da história oral.

Como dizia E. P. Thompson²³, é na forma de experiência que os seres humanos vivem o processo histórico, e por meio dela que, sob o impacto das determinações que geram as condições da sua existência, produzem formas

específicas de consciência social. Se as narrativas de histórias de vida são sempre singulares, seu poder universal de sedução deriva da facilidade com que produzem empatia, já que, por mais distintas que sejam nossas trajetórias de vida, rapidamente nos reconhecemos no modo como o narrador, ao evocar suas memórias, busca construir e atualizar seu lugar num mundo em permanente transformação.

Ouvir o relato das trajetórias dos construtores do PT talvez acrescente poucas informações novas sobre o partido e sobre os momentos históricos de seu surgimento e desenvolvimento. Mas constitui uma forma de acesso privilegiado ao conhecimento de como essa construção foi vivenciada e que sentido fazem dela retrospectivamente vários dos seus protagonistas, especialmente à medida que foram confrontados com novas realidades, muitas das quais absolutamente imprevisíveis quando seus destinos se cruzaram para dar origem a uma organização que, com prazer, amargura ou indiferença, qualquer observador é hoje obrigado a reconhecer que transformou a história política do país.

Ainda que o projeto de história oral do partido se encontre em desenvolvimento, sendo que a maioria das entrevistas ainda não foi processada, o exercício preliminar, acima realizado, de análise de um subconjunto bastante delimitado de depoentes demonstra o potencial dessas fontes como instrumento de revisão da abordagem historiográfica predominante no que diz respeito à história do PT.

Dois aspectos em que este potencial de renovação trazido pelos depoimentos podem ser percebidos são, de um lado, a questão da “novidade histórica” do projeto do PT e, de outro, a relação centro–periferia estabelecida entre o pólo industrial de São Paulo e o restante do país. Mesmo os trabalhos acadêmicos mais abrangentes, consistentes e bem documentados sobre as origens e a primeira fase de construção do partido tendem a incorporar o discurso presente naquilo que se tornou uma espécie de “narrativa oficial” constitutiva da identidade do PT, ou seja, que o partido nascia a partir do movimento sindical do ABC paulista de São Bernardo do Campo para depois se espalhar pelo país e que representava uma total ruptura com as tradições anteriores da esquerda brasileira²⁴.

Não é esta, definitivamente, a imagem que emerge do emaranhado tecido pelos fios das narrativas dos entrevistados do projeto. São Bernardo do Campo aqui aparece mais como um catalisador de movimentos de luta social e política que se desenvolviam, ao menos desde os primeiros anos da década de 1970, em diferentes pontos do território brasileiro, todos eles marcados por fortes similaridades em relação aos alguns valores e princípios, mas também por especificidades regionais e locais.

Ao mesmo tempo, se o PT era visto como um ponto de partida no que dizia respeito à prática político-partidária para a grande maioria dos militantes que a ele aderiram, para um minoritário, mas altamente expressivo, segmento ele era a possibilidade de transformar o balanço de décadas de experiências, grande parte das vezes frustradas, em um projeto efetivamente viável de um partido de esquerda de massas, democrático e pluralista. Acreditamos que os elementos presentes nesses depoimentos servirão, inclusive, para redimensionar o peso atribuído à militância oriunda das diversas expressões da esquerda organizada na construção do PT, embora os seus líderes sejam os primeiros a reconhecer que sem uma renovação e expansão do movimento operário como a gerada pelo “novo sindicalismo” um partido deste tipo jamais teria sido viável.

Esse e outros aspectos, assim como o debate mais detalhado com cada um dos principais autores de trabalhos sobre o tema serão desenvolvidos mais amplamente em textos posteriores, à medida que o trabalho de edição dos depoimentos for concluído.

RESUMO

O artigo apresenta resultados preliminares do projeto de história oral do PT, desenvolvido em parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda (Fundação Perseu Abramo) e o CPDOC (Fundação Getúlio Vargas). Analisa as várias iniciativas tomadas pelo PT em relação à sua história e o contexto em que se desenvolve o próprio projeto de história oral como parte das políticas de memória implementadas pelo partido na sua nova configuração institucional. Utiliza elementos dos depoimentos de três veteranos militantes de esquerda que participaram da fundação do PT (Apolônio de Carvalho, Antonio Candido e Manoel da Conceição) para indicar o potencial dessas fontes como instrumento de renovação das análises historiográficas sobre o partido e o contexto do seu surgimento.

PALAVRAS-CHAVE

Partido dos Trabalhadores; história oral; memória social; história da esquerda brasileira.

ABSTRACT

This article presents the preliminary results from the Workers' Party oral history project, a partnership between Centro Sérgio Buarque de Holanda (Fundação Perseu Abramo) and CPDOC (Fundação Getúlio Vargas). It analyzes the many initiatives taken by the Workers' Party in what regards to its history and the context in which the oral history project itself developed, as part of the memory policies implemented by the party in its new institutional configuration. It draws on the testimonies of three veteran left-wing activists that

took part in the Workers' Party foundational processes (Apolônio de Carvalho, Antonio Candido e Manoel da Conceição) to point out to the potentials of those sources as tools for the renewal of historiographical analyses about the party and the context from which it emerged.

KEYWORDS

Workers' Party; oral history; social memory; history of the Brazilian left.

NOTAS

¹ Esse artigo foi elaborado com base nas atividades do Projeto de História Oral do Partido dos Trabalhadores, uma parceria do Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política (Fundação Perseu Abramo) com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). O autor divide a coordenação do projeto com a professora Marieta de Moraes Ferreira (CPDOC-FGV/UFRJ). Versões preliminares da análise aqui desenvolvida foram apresentadas no XXIV Simpósio Nacional de História, realizado em São Leopoldo, RS, em julho de 2007, e na conferência da Latin American Studies Association ocorrida em Montreal, Canadá, em setembro de 2007.

² Professor do Departamento de História e Economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Contato do autor: alexfortes@globo.com.

³ A coleção da revista até o número 66 está disponível no endereço eletrônico <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=241>>, acesso em 15 out. 2007. A maior parte das entrevistas publicadas na seção “Memória” foi compilada em: AZEVEDO, Ricardo de e MAUÉS, Flamarion (Orgs.). *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

⁴ *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos – 1979-1998*. Organização: Diretório Nacional do PT, Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo – Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

⁵ *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos – 1979-2002 & Programas de Governo – 1989-2002*. Organização: Diretório Nacional do PT, Secretaria de Organização e Fundação Perseu Abramo – Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Rosa Luxemburg Stiftung, 2005.

⁶ *Trajetórias. Partido dos Trabalhadores: das origens à vitória de Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Esta obra foi também editada em espanhol e em inglês.

⁷ Ver, por exemplo, a linha do tempo ilustrada e comentada, disponível em: <<http://www.pt.org.br/pt25anos/>>, acesso em 31 out. 2007.

⁸ Ver, por exemplo, a versão virtual da exposição *Trajetórias – das origens à vitória de Lula*, disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=381>>, acesso em 15 out. 2007.

⁹ Os microfilmes são hoje comercializados internacionalmente pela empresa holandesa IDC (<www.idc.nl>). Uma página especial foi dedicada aos microfilmes pelo Instituto Internacional de História Social de Amsterdã: <<http://www.iisg.nl/collections/ptbrasil.php>>, acesso em 15 out. 2007.

¹⁰ Texto integral disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=721>>, acesso em 15 out. 2007.

¹¹ ABRAMO, Perseu. “Divergências na fundação do PT – Avaliações diferentes das perspectivas de legalização do partido”. *Movimento*, 18-24 fev. 1980. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1935>>, acesso em 15 out. 2007.

¹² Trata-se do texto de Perseu Abramo citado na nota anterior.

¹³ Manuel José dos Santos é conhecido por esse apelido por ter sua base sindical em Serra Talhada.

¹⁴ Ver, por exemplo: THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

¹⁵ HALL, Michael. “História oral: os riscos da inocência”. In *O direito à memória*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 157-160.

¹⁶ SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora da UFMG, 2007.

¹⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. “Apresentação”. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

¹⁸ SELDON, Anthony e PAPPWORTH, Joanna. *By Word of Mouth. Elite Oral History*. Londres/Nova York: Methuen, 1983, p. 3-35.

¹⁹ HOBSBAWM, Eric. “História Operária e Ideologia”. In HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 17-33; Ver também ANDERSON, Perry. “La historia de los partidos comunistas”. In SAMUEL, Raphael (Ed.). *Historia popular y teoria socialista*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 150-165.

²⁰ FORTES, Alexandre e FRENCH, John. “Another World Is Possible: The Rise of the Brazilian Workers’ Party and the Prospects for Lula’s Government”. *Labor: Studies in Working Class History of the Americas*, v. 2, n. 3, 2005, p. 13-31.

²¹ JAMES, Daniel. *Doña Maria’s story. Life, history, memory and political identity*. Durham/Londres: Duke University Press, 2000.

²² Lula tornou-se presidente da República, Olívio Dutra chegou a ser governador de estado e ministro, e continua a ser um dos principais líderes do PT no Rio Grande do Sul. Djalma Bom, José Cicote e Jacob Bittar, depois de ocupar cargos no legislativo e no executivo, encontram-se hoje afastados de uma atuação política mais direta, sendo que os dois últimos deixaram o PT. Paulo Skromov vive em Avaré, no interior de São Paulo, e continua a militar no partido, mas afastado de atividades de âmbito nacional. Já Wagner Benevides perdeu influência no movimento sindical logo após a criação do PT, e a partir de então tem tido uma atuação política discreta, embora ocupe um cargo na estrutura regional de Minas Gerais da Secretaria Nacional da Pesca.

²³ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

²⁴ Ver, por exemplo, KECK, Margaret E. *A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.